



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Estudo

Texto submetido em: 9 ago. 2021. Aprovado em: 27 set. 2021.

FARIAS, Gilmar Beserra de. A trajetória do curso de formação de professores de Biologia na Universidade Federal de Pernambuco. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 38, n. 2, p. 163-198, jul./dez., 2021.

DOI: 10.51359/2675-7354.2021.251380

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

A trajetória do curso de formação de professores de Biologia na Universidade Federal de Pernambuco

The trajectory of biology teachers' formation program at the Federal University of Pernambuco

Gilmar Beserra de Farias

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutor em Educação

E-mail: gilmar.farias@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0001-9620-9586>

Resumo

No Brasil, a formação de professores nos cursos de licenciatura sempre esteve pautada no domínio dos conteúdos específicos da disciplina a ser ensinada e a sua compreensão histórica está diretamente associada à profissionalização dos docentes. A partir disso, o objetivo deste trabalho é apresentar a trajetória do curso de formação de professores de Biologia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) entre 1952 e 2021. Para isso, foi conduzido um estudo historiográfico pautado na pesquisa documental. O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFPE apresenta uma trajetória de quase sete décadas marcada por três fases distintas: 1) um curso criado na Faculdade de Filosofia de Pernambuco (Fafipe), em 1952, pautado numa concepção dicotômica, valorizando as disciplinas científicas do bacharelado e complementando a formação docente com algumas disciplinas pedagógicas; 2) um modelo reorganizado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1996, que oficialmente separou o bacharelado e a licenciatura, mas com alunos se formando numa concepção de teoria separada da prática profissional; e

3) um modelo não eclipsado pela sombra de um bacharelado no ano de 2006, articulando as disciplinas de formação específica e as de formação pedagógica ao longo de todos os semestres do curso.

Palavras-chave: Formação de professores. Ciências Biológicas. UFPE.

Abstract

In Brazil, teacher formation undergraduate programs have always been guided by the apprehension of specific contents from the subject to be taught, and its historical understanding is directly associated with teachers' professionalization. The objective of this paper is to describe the trajectory of the Biological Sciences – Teaching Major program at the Federal University of Pernambuco (UFPE), between 1952 and 2021. To do so, a historiographical study based on documentary research was carried out. UFPE's Biological Sciences – Teaching Major course has a trajectory of nearly seven decades marked by three distinct phases: 1) a course created at the School of Philosophy of Recife (Fafipe), in 1952, based on a dichotomous concept, valuing the scientific disciplines of the bachelor's degree and complementing teacher training with some pedagogical courses; 2) a model reorganized according to the National Education Guidelines and Framework Law (LDB) of 1996, which officially separated the bachelor's degree from the licentiate's degree, though the students received a theoretical framework separated from professional practice; and 3) a new model, starting in 2006, which was not eclipsed by the shadow of the bachelor's degree, articulating the disciplines of specific training with those of pedagogical training throughout the course semesters.

Keywords: Teacher education. Biological Sciences. UFPE.

Introdução

No Brasil, a formação dos professores ocorre por meio dos cursos de Licenciatura em instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas. Historicamente, essa formação docente sempre

esteve ancorada no domínio dos conteúdos específicos, sustentando uma perspectiva equivocada desses cursos que fortalece o modelo da racionalidade técnica. Nesse modelo, o professor é visto como um técnico que aplica com rigor as regras que derivam do conhecimento científico e do conhecimento pedagógico (PEREIRA, 1999). Nas universidades brasileiras, sempre foi predominante o modelo de formação docente baseado no domínio dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina a ser ensinada (SAVIANI, 2011).

Na década de 1930, esse modelo orientou os primeiros cursos de formação de professores para a escola secundária (que atualmente corresponde aos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio), que foram iniciados nas faculdades de Filosofia. Além desse propósito formativo, essas faculdades também tiveram a incumbência de ser o polo aglutinador das universidades brasileiras, instaladas no Brasil a partir da junção de vários institutos de Ensino Superior (CELESTE-FILHO, 2004).

Em Pernambuco, a instalação de uma universidade ocorreu principalmente pela retomada da autonomia estadual no contexto da redemocratização após a queda do Estado Novo (1937-1945), principalmente por conta do acelerado desenvolvimento da cidade do Recife, provocando um surto de modernização urbana refletido no crescimento do Ensino Superior (PERRUCCI, 1986). Dessa forma, em agosto de 1946, foi criada a Universidade do Recife (UR) – hoje Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – por meio do Decreto-Lei N° 9.388 (BRASIL, 1946), reunindo as seguintes escolas de nível superior: a Faculdade de Direito do Recife (FDR), a Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP), a Faculdade de Medicina do Recife (FMR) (e anexas de Odontologia e Farmácia), a Escola de

Belas Artes de Pernambuco e, de forma agregada, a Faculdade de Filosofia do Recife (Fafire), instituição privada e confessional¹.

Apenas em 1950, com a federalização da Universidade do Recife pela Lei 1.254 (BRASIL, 1950), é que foi criada a Faculdade de Filosofia de Pernambuco (Fafipe), assumindo a tarefa de formar, em nível superior, os professores para o Ensino Secundário. No primeiro ano, funcionou no Grupo Escolar Frei Caneca, no bairro da Soledade (BATISTA NETO, 2019), sendo transferida em 1952 para a Rua Nunes Machado, no bairro da Boa Vista. Na Fafipe funcionaram inicialmente os cursos de Filosofia, Pedagogia, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Geografia e História (UR, 1951). Foi na Fafipe que os primeiros cursos de licenciatura da UFPE se instalaram. Entretanto, mesmo com os relatórios sobre o funcionamento dessa instituição nos arquivos da UFPE, pouco se conhece sobre a história dos seus cursos de licenciatura.

O conhecimento sobre a trajetória dos cursos de licenciatura está diretamente ligado à profissionalização dos docentes (DIAS-DA-SILVA, 2005), tornando-se muito importante empreender esforços para resgatar e analisar documentos que permitam uma compreensão ampliada sobre a sua história. Assim, o objetivo desta pesquisa foi elaborar a trajetória do curso de formação de professores de Biologia (antes denominado História Natural) na UFPE entre os anos de 1952 e 2021. Para isso, foi conduzido um estudo historiográfico pautado na pesquisa documental.

1. A partir de 1941, a Fafire passou a oferecer os cursos de Filosofia, Matemática, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas. Depois, outros cursos foram autorizados a funcionar: Pedagogia, em 1946, Ciências Sociais, em 1952, e História Natural, em 1956 (UR, 1956).

Segundo Reis (2010), a pesquisa historiográfica está dividida em três fases: a) documentária (sem documentos, não há história); b) explicativa/compreensiva (encadeamento e explicação dos fatos); e c) representativa (escrita/leitura). Essas fases são operatórias e não cronológicas em relação à constituição do *corpus* empírico da pesquisa, pois a fase documental já implica um projeto de explicação e prontamente sugere uma forma narrativa. Essa estratégia permitiu elaborar uma trajetória a partir dos documentos devidamente identificados, conferindo sentido e legitimidade à narrativa (LUCHESE, 2014) e apreendendo conhecimentos históricos passíveis de novas interpretações, descobertas e significados (SCHAFFRATH, 2006).

As fontes documentais utilizadas para buscar informações sobre a trajetória do curso de História Natural na UFPE foram leis, relatórios, resoluções, notícias em jornais, históricos escolares e artigos publicados. Esses documentos estavam disponíveis no Arquivo Geral da UFPE, na Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Centro de Biociências da UFPE, na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), na Hemeroteca Digital Brasileira, no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje) e em periódicos disponíveis no formato digital. Em relação às fontes de pesquisa, foi considerada a noção ampliada de documento, que deve ser visto como monumento, nos remetendo ao contexto de sua produção como um produto social (LE GOFF, 2013). A noção ampliada de documento possibilita que qualquer indício de uma época seja utilizado para além dos ditos oficiais (LUCHESE, 2014).

A trajetória do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na UFPE

O curso de História Natural na Faculdade de Filosofia de Pernambuco (Fafipe)

Na Fafipe, o curso de Bacharelado em História Natural (atualmente denominado Ciências Biológicas), com duração de três anos, iniciou suas atividades em 1952 (UR, 1954). A matriz do curso estava composta exatamente pelos pilares da ciência de referência: 1ª Série (Biologia Geral, Mineralogia, Botânica e Zoologia); 2ª Série (Biologia Geral, Petrografia, Botânica e Zoologia); e 3ª Série (Zoologia, Botânica, Geologia e Paleontologia) (UR, 1953, 1962). Essa composição parecia ser uma tendência consolidada nas universidades brasileiras para aquela época (PEDROSO; SELLES, 2016).

Para os alunos que desejassem uma formação em licenciatura, seria necessário estudar mais um ano do curso de Didática². Isso viria a ser conhecido como o “esquema 3+1”. Nesse caso, o aluno estudava três anos de disciplinas relacionadas à História Natural e mais um ano de disciplinas de formação pedagógica. Por muitas décadas, esse padrão privilegiou a formação do bacharelado em relação à licenciatura (FÁVERO, 2003). Segundo Saviani (2009), esse

2. Na UFPE, na década de 1950, não foi identificado em seus relatórios o registro da organização sobre o curso de Didática. Entretanto, o Decreto Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939 (Seção XII, Art. 20) definia as seguintes disciplinas para a formação em licenciatura: 1) Didática Geral; 2) Didática Especial; 3) Psicologia Educacional; 4) Administração Escolar; 5) Fundamentos Biológicos da Educação; e 6) Fundamentos Sociológicos da Educação.

modelo dava menor importância à parte pedagógica e era tratado como uma obrigação formal para obter o registro profissional de professor. Esse tipo de curso de licenciatura, dissociado da realidade educacional e que evidenciava as disciplinas científicas, é geralmente denominado de “formação bacharelesca” (MEDEIROS; MEDEIROS, 2020, p. 1972). As principais críticas impostas a essa concepção de curso são “a separação entre teoria e prática na preparação profissional, a prioridade dada à formação teórica em detrimento da formação prática e a concepção da prática como mero espaço de aplicação de conhecimentos teóricos” (PEREIRA, 1999, p. 112).

Segundo Maria Antônia Amazonas Mac Dowell, a primeira professora do curso de Didática da Fafipe, os alunos terminavam o bacharelado e não havia nenhuma reflexão sobre as questões relacionadas à Educação (SANTOS, 2012). Logo abaixo ela relata a sua percepção assim que iniciou os trabalhos na Faculdade de Filosofia em 1952:

Eu fui e a primeira coisa a que cheguei foi que àqueles alunos, saídos cada um de seu bacharelado, nenhuma das disciplinas da Licenciatura cuidava de levar a uma reflexão sobre o que é educação. Isso é fundamental, não se vê como um curso que pretende formar professores, que dizer educadores, possa deixar de o ter. Então, no primeiro semestre, o meu curso era isso: o que você entende por educação? O que é isso? O que é educar? A criança, é ela que se educa ou é o professor que a educa? Para que serve a educação? Que se quer com ela? Só no segundo semestre vinha a Didática, com suas ‘técnicas’, mas não podiam ser aquele receituário, sem seus ‘porquês’ (SANTOS, 2012, p. 203).

Em 1955, a Fafipe passou a realizar exames de habilitação para efetivar o seu processo seletivo para concessão da matrícula. O Exame de Habilitação em História Natural era realizado a partir de provas escritas que versavam sobre História Natural (Mineralogia, Geologia, Botânica, Biologia e Zoologia), além de Português e Francês ou Português e Inglês (UR, 1956). Em 1956, o curso contava com 66 alunos matriculados (UR, 1957).

No ano seguinte, 16 alunos colaram grau em História Natural, de acordo com o convite de formatura da Universidade do Recife (UR)³. Nessa época, o governo estadual começou a contratar os primeiros professores formados em História Natural pela Fafipe⁴, que passaram a ocupar os postos de trabalho nas escolas secundárias, substituindo paulatinamente os médicos que, de forma improvisada, ainda ensinavam as disciplinas relacionadas às Ciências Naturais.

No final da década de 1950, o sucesso do processo formativo desse curso foi reforçado a partir da inauguração do Ginásio de Aplicação, fato que fortaleceu a prática de ensino dos licenciandos da Fafipe.

O Ginásio de Aplicação

Em 1958, com as primeiras turmas de História Natural se formando, houve a criação do Ginásio de Aplicação, vinculado à

3. Faculdade de Filosofia de Pernambuco (UR) - Bacharelados de 1957 (Fundaj - Coleção Valdemar de Oliveira - W.O. Mp2 Cop 1, doc 17, a10g3).

4. Correspondência do Ginásio Pernambucano, 1958 (Apeje - Arquivo Ginásio Pernambucano).

Fafipe. Essa escola serviria como campo de estágio para os alunos dos cursos de Licenciatura, estabelecendo um vínculo de qualidade ao ensino público e fortalecendo a formação docente. O Ginásio de Aplicação funcionava no mesmo prédio da Fafipe, no turno da manhã. O ginásio oferecia, inicialmente, o primeiro ciclo do Curso Secundário (Ensino Ginásial). Depois, a partir de 1969, passou a ser denominado Colégio de Aplicação (CAp), oferecendo também turmas do ciclo colegial (BATISTA NETO, 2019). De 1958 a 1970, essa escola foi dirigida pela professora Maria Antônia Amazonas Mac Dowell (SANTOS, 2012), que, com outros docentes, conduziu “práticas curriculares inovadoras e ousadas para a época” (BATISTA NETO, 2019, p. 202). Os princípios que nortearam a criação dos colégios de aplicação no Brasil estavam pautados nas ideias da Escola Nova de John Dewey. Esse tipo de escola também foi criado para testar teorias da educação e encontrar estratégias eficazes de se ensinar, colocando o aluno como centro da educação e sujeito ativo no processo de aprendizagem (SILVA, 2014).

Batista Neto (2019) destacou o Ginásio de Aplicação da Fafipe como um ambiente que estimulava a liberdade de expressão e o diálogo respeitoso entre os diferentes:

Portanto, uma educação humanizadora na melhor tradição freireana, ainda que fosse uma escola de orientação pedagógica claramente escolanovista, denotada pela máxima deweyneana [...]. Em definitivo, uma escola impregnada do pensamento de John Dewey (1859-1952), segundo o qual a educação se centraria no desenvolvimento da capacidade de raciocínio e do espírito crítico do aluno (BATISTA NETO, 2019, p. 200).

O Ginásio de Aplicação se afirmava numa perspectiva de ensino com práticas curriculares ativas, como o Clube de Ciências, por exemplo, que agrupava alunos de diferentes séries por centro de interesse (BATISTA NETO, 2019). Assim, o Ginásio de Aplicação da Fafipe se configurou como um importante espaço para o desenvolvimento dos professores de História Natural. Possivelmente esse cenário de formação docente foi fortalecido a partir das alterações realizadas nos cursos de Licenciatura, a exemplo da inclusão da disciplina Prática de Ensino, consequência da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961).

Essa LDB criou o Conselho Federal de Educação (CFE), colegiado que poderia definir funções normativas para a educação nacional e decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos de Ensino Superior. Em 1962, o CFE estabeleceu o currículo mínimo e a duração de cursos para Ensino Superior, além de publicar um parecer referente às matérias pedagógicas para a Licenciatura (CFE, 1962a).

Em 1963, o curso de História Natural da Fafipe havia introduzido outras disciplinas em sua matriz, cumprindo as exigências dos pareceres do CFE nº 315/1962 e do CFE nº 292/1962, que determinaram, respectivamente, o currículo mínimo de História Natural e a parte pedagógica para os cursos de Licenciatura. O parecer CFE nº 315 definiu a duração do curso em quatro anos letivos e estabeleceu o currículo mínimo em seis grupos de conhecimentos: 1) Biologia (Citologia, Histologia, Embriologia e Genética); 2) Botânica (Morfologia, Fisiologia e Sistemática); 3) Zoologia (Morfologia, Fisiologia e Sistemática); 4) Mineralogia e Petrologia; 5) Geologia e Paleontologia; e 6) Matérias Pedagógicas - Parecer CFE nº 292/1962 (Psico-

logia da Educação, Adolescência e Aprendizagem, Elementos de Administração Escolar, Didática e Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado).

O Parecer CFE nº 315/1962 também permitiu que as faculdades de Filosofia realizassem alterações e acréscimos que julgassem necessários (CFE, 1962b). Dessa forma, a Fafipe adicionou ao currículo novas disciplinas, como observado na matriz do curso de 1963: 1ª Série (Matemática, Complementos de Química, Complementos de Física, Desenho Aplicado às Ciências Naturais, Biologia, Botânica, Mineralogia e Estatística); 2ª Série (Biologia, Zoologia, Botânica e Mineralogia); e 3ª Série (Zoologia, Botânica, Geologia e Paleontologia) (UR, 1963, 1964). As novas disciplinas, denominadas Complementos de Química e Complementos de Física, foram adicionadas provavelmente para instrumentalizar os futuros professores a ensinarem Ciências Físicas e Biológicas, disciplina escolar obrigatória do primeiro ciclo do curso secundário (ginásio).

Mas uma inovação para o curso parece ter sido a inclusão da disciplina de Desenho Aplicado às Ciências Naturais. Nessa disciplina, além dos conteúdos de Geometria, havia unidades específicas sobre desenho macroscópico de peças, animais e vegetais fósseis e viventes e desenho de paisagens e perfis geológicos, conforme apresentava o programa da disciplina (UFPE, 1967). Segundo Valde-
mar de Oliveira, professor de Botânica da Fafipe, havia a necessidade de utilizar o desenho como um recurso pedagógico cotidiano durante as aulas de História Natural (OLIVEIRA, 1960):

Adoto, desde muito, nos meus cursos, uma prática que reputo inestimável valor: obrigo meus alunos (em certas turmas todos eles) a ‘dar uma aula’ sobre assunto de livre escolha à turma ideal, de ginásio ou colégio também à sua escolha. [...] Vejo-os, nessas aulas, ir adiante, convictos, eles com seus colegas, da completa inutilidade da explicação que não se fez acompanhar da indispensável representação gráfica. [...] A este, cabe despertar, no espírito dos alunos, o amor e o interesse pelo desenho e a clara noção de sua utilidade, reconhecida como essencial ao ensino de História Natural (OLIVEIRA, 1960, p. 123-126).

Mesmo com essas mudanças, na mesma década houve um desmembramento do curso de História Natural nas especializações das áreas biológicas e geológicas (CFE, 1963). Segundo Lucas e Ferreira (2017, p. 159), “a ideia foi conferir um destaque menor às Geociências, dando maior ênfase ao estudo das bases físicas e químicas dos fenômenos biológicos, aspecto que o tornaria mais adequado à formação de professores para o nível médio (ginasial e colegial)”. Assim, mais adiante, foi definido um novo currículo mínimo para os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas (Parecer CFE nº 510/1964).

Art.1º O currículo mínimo do curso de Ciências Biológicas para a formação de Bacharelado ou Licenciatura, compreende as seguintes matérias:

Química e Bioquímica.

Fisiologia Geral (incluindo Biofísica e Fisiologia Animal).

Morfologia e Morfogênese (Citologia, Histologia e Embriologia).

Estatística (Matemática e Biometria).

Genética (incluindo Evolução).

Botânica (incluindo Fisiologia, Ecologia, Morfologia e Sistemática Vegetal).

Geologia (incluindo Paleontologia)
Zoologia (dos invertebrados e vertebrados).
Matérias Pedagógicas (Par. nº 292) (CFE, 1964, p. 75).

Na Fafipe, essas alterações não foram completamente introduzidas, conforme observado na matriz do curso de História Natural para o ano de 1966: 1ª Série (Matemática, Complementos de Química, Complementos de Física, Desenho Aplicado às Ciências Naturais, Bioquímica, Biologia, Botânica, Mineralogia e Estatística); 2ª Série (Biologia, Zoologia, Botânica e Mineralogia); 3ª Série (Zoologia, Botânica, Biologia, Petrologia, Geologia, Psicologia da Educação e Introdução à Educação); e 4ª Série (Biogeografia, Paleontologia, Hidrologia, Biogeografia, Didática Geral, Administração Escolar, Prática de Ensino) (UFPE, 1967).

Na década de 1960, o discurso
modernizador da ciência de
referência provocou mudanças nos
conteúdos e na forma de ensinar

Pela primeira vez as disciplinas pedagógicas apareciam como parte integrante do curso, distribuídas nas 3ª e 4ª séries. Entretanto, a aplicação do “esquema 3 + 1” ao processo de formação docente ainda continuava. Outro destaque foi a presença da disciplina Bioquímica no primeiro ano do curso, indicando um evidente processo de modernização de sua matriz. Na década de 1960, o discurso modernizador da ciência de referência provocou mudanças nos conteúdos e na forma de ensinar, fazendo a História Natural paulatinamente ser substituída pela Biologia. Entretanto, a

aproximação dos professores formados em História Natural com a Biologia modernizada não aconteceu na Fafipe, mas a partir da criação do Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (Cecine) em 1965, instalado no campus da agora denominada Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)⁵.

O Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (Cecine)

O Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (Cecine), em convênio com o então Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Fundação Ford e a própria Universidade Federal de Pernambuco (CECINE, 1968), foi um dos seis centros de ensino de ciências criados no Brasil que auxiliaram e treinaram professores da educação básica, principalmente com metodologias de ensino e atividades experimentais, em um período que ficou conhecido como Movimento Renovador do Ensino de Ciências. Esse movimento surgiu a partir das transformações sucedidas no ensino das disciplinas científicas nos Estados Unidos (CHASSOT, 2004) e foi expandido e financiado por inúmeros países. No Brasil, também assumiu contornos diferentes, atendendo aos interesses políticos e ideológicos para combater o avanço do bloco socialista e desenvolvendo uma “retórica legitimadora de inúmeras ações” (CASSAB, 2015, p. 21). Nesse contexto, o Cecine ajudou a consolidar em Pernambuco a disciplina

5. A Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, no Art. 1º, definiu que as universidades e escolas técnicas da União sediadas nas capitais deveriam ser qualificadas como federais e com denominação do respectivo estado (BRASIL, 1965).

escolar Biologia sob a influência do projeto estadunidense *Biological Sciences Curriculum Study* (BSCS)⁶.

Esse projeto definiu conteúdos, propôs a metodologia científica como estratégia de ensino, treinou professores⁷ e publicou livros didáticos. O *Biological science: molecules to man* (BSCS, 1965), uma das versões do livro didático do referido projeto estadunidense, foi traduzido, adaptado e amplamente utilizado no Brasil por alunos e professores, chegando à impressão de 209 mil exemplares entre 1965 e 1972 (BARRA; LORENZ, 1986). Esse livro didático ajudou a estabelecer uma retórica unificadora para as Ciências Biológicas (FERREIRA; SELLES, 2008) e marcou um maior desenvolvimento dos conhecimentos de Bioquímica, Genética e Evolução (MARANDINO; SELLES; FERREIRA, 2009). Esse projeto norte-americano foi tão influente no curso secundário em Pernambuco que, a partir de 1965, no Recife, três cursos preparatórios para o vestibular anunciavam nos jornais que as suas aulas estariam de acordo com o BSCS e com professores atualizados no Cecine⁸.

6. "Cursos de férias no Cecine: o Cecine programou as seguintes atividades para julho próximo: 1. Curso de atualização em Biologia, com duração de um mês, para apresentar a versão azul do BSCS [...]" (CURSOS..., 1965, p. 10).

7. "Centro de Ensino dá novo impulso ao estudo de Ciências no Nordeste: [...] Essa reformulação e atualização do ensino das ciências básicas compreende cursos de treinamento, de aperfeiçoamento, estágio e seminários para professores. [...] o Cecine mantém, atualmente, seis cursos de inverno, que são: Atualização em Biologia (Versão Azul do Biological Sciences Curriculum Study - BSCS), contando com a participação de 30 professores secundários e universitários que ensinam nos cursos colegiais" (CENTRO, 1965, p. 13).

8. "Vestibular Medicina: curso particular Química (CBA), Física (PSSC), Biologia (BSCS)" (VESTIBULAR..., 1965, p. 10); "Vestibulares - Engenharia e similares: Orientação

O Cecine foi responsável por consolidar o currículo americano de Biologia no Ensino Secundário de Pernambuco com grande importância no treinamento e formação de professores

O Cecine, a partir de seus projetos (que envolviam professores de Biologia, Química, Física e Matemática), ofereceu cursos de aperfeiçoamento com a participação da Fafipe por meio da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades)⁹, fornecendo equipamentos e realizando eventos de natureza acadêmica (CECINE, 1968). O Cecine foi responsável por consolidar o currículo americano de Biologia no Ensino Secundário de Pernambuco com grande importância no treinamento e formação de professores, tornando-se o modelo de ensino científico para a época. Essa informação corroborou o argumento de Ferreira e Selles (2008), que

moderna e atualizada por parte de professores experimentados e treinados no estrangeiro e no sul do país no ensino de PSSC, BSCS, CBA e CHEMS, de acordo com as novas diretrizes da Universidade (VESTIBULARES, 1967a, p. 3); "CURSO DELTA - Química (CBA) - Física (PSSC) - Biologia (BSCS) - Matemática - Desenho e Inglês. Para Científico e cursos vestibulares (Medicina, Engenharia, Agronomia etc.) ao encargo de professores universitários c/cursos atualizados no CECINE" (CURSO..., 1967, p. 6).

9. No Brasil, entre 1953 e 1970, funcionou a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades). Essa campanha, instrumento de política educacional ligado ao MEC, tinha por objetivo difundir e elevar o nível do Ensino Secundário, realizando cursos e estágios de especialização para professores, oferecendo assistência técnica às escolas, elaborando material didático, entre outras ações (BARALDI, 2003).

afirmaram que, no Brasil, o *BSCS* tornou-se uma referência para os professores que abandonaram as tradições da História Natural.

Em 1966, o curso de História Natural foi transferido para a Cidade Universitária, no bairro do Engenho do Meio, funcionando no prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) (UFPE, 1966), fato que marcou o início de sua modernização. Isso aconteceu no contexto da Reforma Universitária, com a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968b).

A Reforma Universitária de 1968

A reforma, que aconteceu durante o período do Regime Militar, tinha como objetivo aumentar a eficiência e a produtividade das universidades brasileiras, sendo responsável pela modificação da estrutura e organização do Ensino Superior. Entre as medidas da reforma, destacaram-se a instituição dos departamentos, do sistema de créditos, da matrícula por disciplina, do vestibular unificado e da implementação do ciclo básico e ciclo profissional nos cursos de graduação (BOMENY, 1994; FÁVERO, 2006), além da extinção das faculdades de Filosofia, agora reorganizadas em institutos científicos específicos. A justificativa se deu na suposta constatação de que as faculdades de Filosofia “[...] exerciam, quase exclusivamente, a função de formadoras de professores de grau médio” (CELESTE FILHO, 2004, p. 165). De acordo com Celeste Filho (2004), o desaparecimento das faculdades de Filosofia possibilitaria que as Ciências Exatas e Biológicas ganhassem autonomia em institutos universitários, exatamente como aconteceu na UFPE.

Em um contexto produtivista e tecnicista da Educação (SAVIANI, 2013), a Fafipe foi extinta por meio do Decreto nº 62.493, de 1º de

abril de 1968 (BRASIL, 1968a), e o curso de História Natural ficou vinculado ao Instituto de Biociências – adiante Centro de Ciências Biológicas (CCB) e atualmente Centro de Biociências (CB) –, criado no mesmo ano. O Instituto de Biociências foi organizado em sete departamentos: 1) Biologia Geral, Patologia Geral e Experimental e Genética; 2) Biofísica; 3) Bioquímica; 4) Histoquímica, Histofisiologia e Morfogênese; 5) Botânica; 6) Zoologia; e 7) Ecologia (UFPE, 1969), agrupando disciplinas afins e conferindo uma melhor organização didático-científica. De forma provisória, o Instituto de Biociências funcionava no prédio da Faculdade de Medicina e no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, oferecendo os cursos de História Natural e de Ciências Biomédicas¹⁰.

Os alunos interessados na formação para o magistério deveriam cursar as disciplinas pedagógicas, agora sob responsabilidade da Faculdade de Educação, que funcionava no antigo prédio da Fafipe, no centro do Recife, bairro da Boa Vista, distante do *campus* no Engenho do Meio. Segundo Cacete (2014), essa distância física poderia ser responsável pela falta de integração entre a formação específica e a formação pedagógica. Esse fato só reforçava a concepção equivocada de que a licenciatura estaria reduzida a um treinamento de como ensinar, bastando apenas vivenciar algumas disciplinas pedagógicas. Dessa forma, mesmo a transferência da

10. Em 1972, o Instituto de Biociências passou a se chamar Centro de Ciências Biológicas (CCB) e, na década de 1980, sofreu uma ampla reforma de sua infraestrutura, construindo salas de aula, laboratórios de pesquisa e os Departamentos de Zoologia e Botânica, com gabinetes individuais para os professores. Em 1999, foi inaugurado o Jardim Didático, que oferecia material botânico para as aulas (CABRAL *et al.*, 2006). Em 2015, passou a ser oficialmente denominado de Centro de Biociências, de acordo com o Boletim Oficial nº 103/2015 da UFPE.

Faculdade de Educação para o *campus* no Engenho do Meio, fato que só aconteceu em dezembro de 1975, passando agora a se chamar Centro de Educação (UFPE, 1975, p. 6; UFPE..., 1975), não foi suficiente para diminuir a distância que existia entre a formação em Licenciatura e Bacharelado em História Natural. Essa perspectiva da licenciatura como um complemento do bacharelado pode justificar o lento avanço nas questões sobre os cursos de formação de professores ao longo das últimas décadas do século XX.

Em 1970, o Conselho Federal de Educação (CFE), a partir do parecer nº 107/1970, estabeleceu uma nova denominação para o curso, mudando de “História Natural” para “Ciências Biológicas”. Além disso, propôs modificações curriculares e definiu duas modalidades: licenciatura e bacharelado:

Foi nesse contexto que se indicou uma duração mínima de 2.500 horas para a Licenciatura em Ciências Biológicas, com o seguinte currículo mínimo: (a) um tronco comum para a Licenciatura e o Bacharelado, Modalidade Médica, com as disciplinas Biologia Geral (incluindo Citologia, Genética, Embriologia, Evolução, Ecologia), Matemática Aplicada, Química e Bioquímica, Física e Biofísica, Elementos de Fisiologia Geral e de Anatomia e Fisiologia Humana; (b) além do tronco comum, a Licenciatura em Ciências Biológicas incluiria as disciplinas relacionadas à Zoologia (incluindo Morfologia, Morfogênese, Fisiologia, Sistemática e Ecologia dos animais vertebrados e invertebrados), Botânica (incluindo Morfologia, Fisiologia, Sistemática e Ecologia das plantas e Botânica Econômica), Geologia (incluindo Paleontologia) e Matérias Pedagógicas, na forma do Parecer nº 107/69-70 (LUCAS; FERREIRA, 2017, p. 161).

Na esteira da Reforma Universitária, a UFPE reestruturou o curso de Ciências Biológicas na década de 1970, instituindo o ciclo geral ou básico e o ciclo profissional. No ciclo profissional havia, por exemplo, disciplinas como Ecologia e Genética das Populações e Evolução (informações confirmadas a partir de histórico escolar do curso de Ciências Biológicas da UFPE emitido em novembro de 1977). Essas disciplinas são bem representativas do processo de modernização das Ciências Biológicas (PEDROSO; SELLES, 2014). Nessa nova matriz, ainda no ciclo profissional, foi possível elencar sete “matérias pedagógicas”: Didática, Prática de Ensino de Biologia 1, Introdução à Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino do 2º Grau, Psicologia da Educação 2 (Adolescência), Psicologia da Educação 3 (Aprendizagem) e Prática de Ensino de Biologia 2. Observando a composição do curso, havia uma clara valorização das disciplinas de referência das Ciências Biológicas em relação às disciplinas de caráter pedagógico. Essa diferença deve ter gerado um conflito para a construção da identidade profissional dos alunos (AYRES, 2005), pois legitimava a visão superficial da docência, admitindo que apenas o domínio dos conteúdos específicos seria a condição necessária e aceitável para formar o bom professor (BIZZO, 2005).

Em 1994, o curso de Ciências Biológicas foi separado em dois perfis: licenciatura (perfil 5609) e bacharelado (perfil 5610). Existia um tronco comum aos dois cursos, com disciplinas do ciclo geral e do ciclo profissional, mas, para o perfil da licenciatura, havia uma parte específica, com disciplinas de formação pedagógica. Em 1996, o curso foi oficialmente desmembrado e deu origem aos cursos de Ciências Biológicas/Bacharelado (5401) e Ciências Biológicas/Licenciatura (5501), cada um com sua matriz curricular indepen-

dente e carga horária específica (UFPE, 2010). O curso de licenciatura manteve as disciplinas pedagógicas oferecidas nas duas últimas décadas, mas agora organizadas ao longo dos semestres: Introdução à Educação (1º período), Psicologia da Educação 6 (4º período), Didática 1, Psicologia da Educação 7 (5º período), Estrutura e Funcionamento do Ensino 3 (6º período), Prática de Ensino de Biologia 1 (7º período) e Prática de Ensino de Biologia 2 (8º período), todas ofertadas no CE. Pouco tempo depois, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – reestruturou as políticas de formação docente. Entre as alterações, havia a exigência do estágio supervisionado de 300 horas para os cursos de Licenciatura (BRASIL, 1996), fato que provocou a ampliação da carga horária das disciplinas de Prática de Ensino de Biologia 1 e 2 de 90 horas para 150 horas.

Até o início do século XXI, o curso ainda mantinha o insistente modelo dicotômico de formação dos professores de Biologia, pois os alunos da licenciatura continuavam assistindo às aulas das disciplinas técnico-científicas no CCB, local dos laboratórios de pesquisa e dos conteúdos específicos, e cursavam as disciplinas pedagógicas no CE, local no qual se vivenciava uma preparação pedagógica. Esse isolamento e desprestígio das disciplinas pedagógicas estão entre as principais fragilidades historicamente detectadas nos cursos de licenciatura (DIAS-DA-SILVA *et al.*, 2008). Essa situação corrobora o argumento de Gatti (2010), o qual defende que, mesmo sofrendo ajustes em razão de novas diretrizes, os cursos de Licenciatura continuavam formando alunos com o foco na área disciplinar específica, com menor espaço para a formação pedagógica.

Até o início do século XXI, o curso ainda mantinha o insistente modelo dicotômico de formação dos professores de Biologia.

Na UFPE, dois fatores colaboraram para que esse modelo de curso fosse modificado. O primeiro foi a publicação das Resoluções CNE nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 e CNE nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que instituíram, respectivamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação de professores da Educação Básica e a carga horária dos cursos de licenciatura, permitindo uma concepção mais adequada e específica na formação dos professores de Biologia (CNE, 2002a, 2002b). O segundo fator aconteceu durante o processo de interiorização das universidades, em 2006, com a criação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da UFPE, no município de Vitória de Santo Antão (PE), mas sem a presença do bacharelado.

A Licenciatura em Ciências Biológicas do Centro Acadêmico de Vitória (CAV)

Sem a sombra da formação “bacharelesca”, o novo curso de licenciatura do CAV foi planejado e instalado a partir das novas DCNs, que definiram a carga horária mínima em 2.800 horas distribuídas da seguinte forma: 1.800 horas para conteúdos curriculares de caráter acadêmico e científico, 400 horas direcionadas para práticas como componentes curriculares vivenciadas ao longo do

curso, 400 horas de estágio supervisionado e 200 horas para outras atividades de formação acadêmica, científica e/ou cultural. Em 2002, houve um importante avanço nas novas DCNs, determinando 400 horas de prática como componente curricular, minimizando, em parte, o histórico caráter reducionista entre teoria e prática. A partir dessas novas diretrizes curriculares, nascia um ultimato para reconstruir, organizar e desenvolver os cursos de Licenciatura (SCHEIBE; BAZZO, 2013). Nesse caso, a dimensão prática foi diluída ao longo do curso entre as disciplinas propostas numa relação dialética entre teoria e prática, conforme indicou Real (2012).

Assim, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas se instalou no CAV com uma matriz curricular que deveria ser desenvolvida em quatro anos, com os componentes curriculares de formação pedagógica geral (Fundamentos da Educação, Política Educacional, Gestão Educacional e Fundamentos Psicológicos da Educação) e de prática pedagógica (Metodologia de Ensino de Biologia - I, II, III e IV - Avaliação da Aprendizagem, Didática e Estágio de Ensino de Biologia - I, II, III e IV) distribuídos ao longo do curso desde o primeiro semestre. Com essa organização, as disciplinas de formação pedagógica do curso integraram os conteúdos curriculares ao lado das disciplinas da ciência de referência.

Em 2008, capitaneado pelo Fórum das Licenciaturas da UFPE, o Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE) publicou a Resolução nº 12/2008 (UFPE, 2008), apresentando novas orientações para os cursos de licenciatura e provocando algumas mudanças, como a imprescindível oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a obrigatoriedade de o aluno desenvolver um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o objeto de

investigação relacionado às áreas do campo da educação, prática pedagógica, prática docente, ensino, aprendizagem ou avaliação. Essas alterações foram incorporadas em 2012, a partir de um novo Projeto Pedagógico do Curso (UFPE, 2012).

Quase uma década depois da instalação do curso no CAV, a Resolução do CNE nº 02, de 1º de julho de 2015, apresentou novas DCNs para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (CNE, 2015). De acordo com essas DCNs, os cursos de licenciatura deveriam garantir em seus projetos:

[...] conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (CNE, 2015, p. 11).

Entre outras questões, as novas diretrizes indicavam um acréscimo de 400 horas na carga horária mínima para as licenciaturas, passando de 2.800 para 3.200 horas e ficando com a seguinte distribuição: 400 horas de prática como componente curricular, 400 horas dedicadas ao estágio supervisionado, 2.200 horas dedicadas às atividades formativas conforme o projeto de curso da instituição e 200 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes.

Esse documento impôs às instituições um prazo de dois anos para a reestruturação de seus projetos político-pedagógicos dos cursos de Licenciatura.

Em 2018, atendendo a essa demanda, o Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE) da UFPE elaborou a Resolução nº 7/2018 (UFPE, 2018) e apresentou as diretrizes para as reformas curriculares dos seus cursos de licenciatura, havendo a necessidade de uma urgente mobilização de cada Núcleo Docente Estruturador (NDE) para a elaboração dos novos projetos político-pedagógicos. Entretanto, os novos projetos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFPE não foram encaminhados nem no Centro de Biociências, no Recife, nem no Centro Acadêmico de Vitória, no interior do estado, por conta das alterações impostas à educação básica a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) e, com isso, houve impacto na previsão de mudanças nas políticas de formação dos professores.

Essas mudanças foram estabelecidas por meio da Resolução CNE nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que apresentou a Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNCFP) e revogou as DCNs de 2015 (CNE, 2019). A BNCFP “acena com mudanças de fundamentos, objetivos, conteúdo e estrutura da formação inicial e continuada dos professores” (RODRIGUES; PEREIRA; MOHR, 2020, p. 3). Essa resolução faz parte de uma agenda governamental que implica no controle social da Educação e da formação de professores (MEDEIROS; MEDEIROS, 2020). Na comunidade acadêmica, existe uma forte rejeição à BNCFP, pois o documento apresentou muitas posições consideradas equivocadas ou limitadas sobre a Educação, tais como: 1) responsabilização dos professores pelo suposto fracasso da educação; 2) ausência de

um robusto referencial sobre a formação docente; 3) valorização docente a partir do desempenho em testes padronizados; 4) enfrentamento dos desafios da educação brasileira baseado em mapeamento apoiado em avaliações de larga escala; 5) caracterização simplista do trabalho do professor; entre outros motivos, conforme observado por Rodrigues, Pereira e Mohr (2020).

Esse alinhamento entre BNCC e BNCFP constitui, de forma geral, um enquadramento de políticas neoliberais e neoconservadoras para a formação de professores e, de forma específica, apresenta obstáculos para se ensinar, por exemplo, Origem da Vida e Evolução Biológica (AZEVEDO; BORBA; SELLES, 2020), além de propor uma abordagem reducionista à Educação Ambiental (BARBOSA; OLIVEIRA, 2020). Como observado, esses documentos tornaram-se uma ameaça às políticas de formação docente e, conseqüentemente, ao ensino da disciplina escolar Biologia.

Considerações finais

O curso de Licenciatura em História Natural, hoje Licenciatura em Ciências Biológicas, iniciou sua trajetória envolvida com a história da própria fundação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que deveria instalar uma Faculdade de Filosofia para promover a formação dos professores secundários como parte de seu projeto institucional.

Ao longo de quase 70 anos, além de todas as reformas curriculares determinadas por força de lei, foram destacados aqui os principais marcos da trajetória desse curso: 1) a sua instalação na Faculdade de Filosofia de Pernambuco (Fafipe), em 1952, possibilitando uma formação específica em História Natural; 2) a criação

do Ginásio de Aplicação, em 1958, empreendendo experiência de qualidade na formação docente; 3) a fundação do Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (Cecine), em 1965, modernizando os conteúdos de Biologia; 4) a Reforma Universitária e a criação do Instituto de Biociências, em 1968, permitindo a organização das áreas do conhecimento por departamentos; e 5) a criação de um novo curso de licenciatura no interior do estado, em 2006, permitindo conceber uma trajetória distante da formação bacharelesca. Este último marco permitiu formar centenas de professores que atualmente ocupam postos de trabalho em escolas públicas (municipais e estaduais) e privadas, principalmente no interior do estado, ensinando Ciências da Natureza (Ensino Fundamental) e Biologia (Ensino Médio), refletindo o sucesso desse formato de curso de licenciatura.

Assim, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFPE apresentou uma trajetória histórica com três diferentes fases: 1) um curso pautado numa concepção dicotômica, valorizando as disciplinas científicas do bacharelado e complementando a formação docente com algumas disciplinas pedagógicas; 2) um modelo que oficialmente separou o bacharelado e a licenciatura, reorganizado a partir da LDB de 1996, apresentando projetos distintos, mas com alunos se formando numa concepção de curso com a teoria separada da prática, vivenciando as disciplinas técnicas no Centro de Ciências Biológicas e as disciplinas pedagógicas no Centro de Educação; e 3) Em 2006, um modelo não eclipsado pela sombra de um bacharelado, articulando as disciplinas de formação específica e de formação pedagógica ao longo de todos os semestres do curso.

Referências

- AYRES, A. C. B. M. *Tensão entre matrizes: um estudo a partir do curso de Ciências Biológicas da faculdade de Formação de Professores/ UERJ*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- AZEVEDO, M.; BORBA, R. C. N.; SELLES, S. E. Ameaças à profissão docente no Brasil: desafios ao ensino de Ciências e Biologia em debate. *Fronteiras & Debates*, Amapá, v. 7, n. 2, p. 43-57, 2020.
- BARBOSA, G. S.; OLIVEIRA, C. T. Educação ambiental na Base Nacional Comum Curricular. *Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.*, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 323-335, 2020.
- BARRA, V. M.; LORENZ, K. M. Produção de materiais didáticos de ciências no Brasil, período: 1950 a 1980. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 38, n. 12, p. 1970-1983, 1986.
- BATISTA NETO, J. Narrativas da trajetória escolar de um formador de professor: memória, história e formação. *Revista Intertérios*, Pernambuco, v. 5, n. 9, p. 187-212, 2019.
- BIOLOGICAL SCIENCE CURRICULUM STUDY (BSCS). *Biologia: das moléculas ao homem, parte 1*. Brasília: Editora da UnB, 1965.
- BIZZO, N. Formação de professores de ciências no Brasil: uma cronologia de improvisos. In: UNESCO (org.). *Ciência e cidadania: Seminário Internacional Ciência de Qualidade para todos*. Brasília: Unesco, 2005.
- BOMENY, H. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 9, p. 51-65, 1994. Disponível em: http://anpocs.com/-images/stories/RBCS/26/rbcs26_04.pdf. Acesso em: 1 out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 1 out. 2021.
- BRASIL. *Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 62.493, de 1º de abril de 1968*. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Pernambuco. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1968a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62493-1-abril-1968-403873-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. *Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965*. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Brasília, DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4759.htm. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. *Lei nº 4024/1961, de 20 de dezembro de 1961*. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. *Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950*. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Brasília, DF: Presidência da República, 1950. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1254.htm. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946*. Cria a Universidade do Recife e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9388-20-junho-1946-417645-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Cria%20a%20Universidade%20do%20Recife%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Faculdade%20de%20direito%20do%20Recife,2>. Acesso em: 1 out. 2021.

CABRAL, A. M. S. *et al. CCB: 35 anos de história, 1968-2003*. Recife: Editora UFPE, 2006.

CACETE, N. H. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1061-1076, 2014.

CASSAB, M. O movimento renovador do ensino das ciências: entre renovar a escola secundária e assegurar o prestígio social da ciência. *Rev. Tempos Espaços Educ.*, Aracaju, v. 8, n. 16, p. 19-36, 2015.

CECINE. *Relatório das atividades de 1967*. Recife: Cecine, 1968.

CELESTE-FILHO, M. A reforma universitária e a criação das faculdades de educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, Paraná, v. 4, n. 1, p. 161-188, 2004.

CENTRO de Ensino dá novo impulso ao estudo de Ciências no Nordeste. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 13, 25 jul. 1965.

CHASSOT, A. Ensino de Ciências no começo da segunda metade do século da tecnologia. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (orgs.). *Currículo de ciências em debate*. Campinas: Papyrus, 2004. p. 13-44.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (CFE). Parecer nº 107, de 4 de fevereiro de 1970. Currículos mínimos do curso de História Natural e de Ciências Biológicas. *Documenta*, n. 111, p. 173-179, 1970.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (CFE). Parecer nº 510, de 23 de julho de 1964. Fixa o currículo mínimo do curso de Ciências Biológicas para a formação de Bacharelado e Licenciatura. *Documenta*, n. 29, p. 75, 1964.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (CFE). Parecer nº 5/1963. Aprova o desdobramento do curso de História Natural em curso de Ciências Biológicas e curso de Geologia. *Documenta*, n. 12, p. 23, 1963.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (CFE). Parecer nº 292, de 14 de novembro de 1962. Matérias pedagógicas para a licenciatura. *Documenta*, n. 10, p. 95-101, 1962a.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (CFE). Parecer nº 315, de 14 de novembro de 1962. Currículo mínimo do curso de História Natural. *Documenta*, n. 10, p. 75-76, 1962b.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). *Resolução nº 02, de 20 de dezembro de 2019*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 1 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). *Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 1 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). *Resolução nº 01, de 18 de fevereiro de 2002*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2002a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em: 1 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). *Resolução nº 02, de 19 de fevereiro de 2002*. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, DF: MEC, 2002b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 1 out. 2021.

CURSOS de férias no Cecine. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 10, 13 jun. 1965.

CURSO Delta - Química (CBA) - Física (PSSC) - Biologia (BSCS) - Matemática - Desenho e Inglês. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 6, 3 jun. 1967.

DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F. *et al.* A reestruturação das licenciaturas: alguns princípios, propostas e (pré)condições institucionais. *Revista Diálogo Educacional*, Paraná, v. 8, n. 23, p. 15-37, 2008.

DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F. Política de formação de professores no Brasil: as ciladas da reestruturação das licenciaturas. *Perspectiva*, Santa Catarina, v. 23, n. 2, p. 381-406, 2005.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FÁVERO, M. L. A. A faculdade nacional de filosofia: origens, construção e extinção. *Série-Estudos*, Campo Grande, n. 16, p. 107-131, 2003.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016>.

LE GOFF, J. *História e memória*. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LUCAS, M. C.; FERREIRA, M. S. História do currículo da formação de professores de ciências biológicas (1960/70). *Educação em Foco*, Minas Gerais, v. 22, p. 145-166, 2017.

LUCHESE, T. A. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 145-161, 2014.

MARANDINO, M.; SELLES, S. E.; FERREIRA, M. S. *Ensino de biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos*. São Paulo: Cortez, 2009.

MEDEIROS, E. A.; MEDEIROS, M. L. S. Licenciaturas em ciências biológicas: análise de currículos de formação de professores para o ensino de ciências e biologia. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 1967-1990, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13642>. Acesso em: 1 out. 2021.

OLIVEIRA, V. *Botânica e desenho*. Anuário. Recife: Faculdade de Filosofia do Recife, 1960.

PEDROSO, C. V.; SELLES, S. E. A trajetória histórica e curricular dos cursos de ciências biológicas no Brasil (1931-1942). *Revista da SBEnBio*, São Paulo, v. 9, n. 9, p. 6901-6911, 2016.

PEDROSO, C. V.; SELLES, S. E. Formação de professores de biologia na UFSM nas décadas de 1960-1970 e o processo de conversão de história natural para ciências biológicas. *Movimento - Revista de Educação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2014.

PEREIRA, J. E. D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 68, p. 109-125, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000300006>.

PERRUCCI, G. Um projeto oligárquico liberal de universidade (notas para uma história da UFPE). *Caderno de Estudos Sociais*, Recife, v. 2, n. 2, p. 505-520, 1986.

REAL, G. C. M. A prática como componente curricular: o que significa na prática? *Educação e Fronteiras*, Dourados, v. 2, n. 5, p. 48-62, 2012.

REIS, J. C. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RODRIGUES, L. Z.; PEREIRA, B.; MOHR, A. O documento “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica” (BNCFP): dez razões para temer e contestar a BNCFP. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, Belo Horizonte, v. 20, p. 1-39, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/16205>. Acesso em: 1 out. 2021.

SANTOS, E. M. M. *UFPE: instituição, gestão, política e seus bastidores*. Pernambuco: Editora UFPE, 2012.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas. *Poíesis Pedagógica*, Goiás, v. 9, n. 1, p. 7-119, 2011.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

SCHAFFRATH, M. A. S. O uso das fontes na pesquisa historiográfica: questões metodológicas iniciais. *Práxis Educacional*, Bahia, v. 2, p. 237-246, 2006.

SCHEIBE, L.; BAZZO, V. L. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de licenciatura no Brasil: da regulamentação aos projetos institucionais. *Educação em Perspectiva*, Minas Gerais, v. 4, n. 1, p. 15-36, jan./jun. 2013.

SILVA, F. Ensino do teatro (e seu espaço) no Colégio de Aplicação. *TEATRO: criação e construção de conhecimento*, Tocantins, v. 2, n. 2, p. 1-6, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução nº 7/2018*. Estabelece as Diretrizes para as Reformas Curriculares dos Cursos de Licenciatura da UFPE e dá outras providências. Recife, PE: UFPE, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). *Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Licenciatura em Ciências Biológicas*. Vitória de Santo Antão: UFPE, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Ciências Biológicas Licenciatura (Campus Recife)*. Recife: UFPE, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução nº 12/2008*. Estabelece as diretrizes para as reformas curriculares dos cursos de licenciatura da UFPE e dá outras providências. Recife, PE: UFPE, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Conselho Universitário. *Resolução nº 01/75*. Autoriza a instalação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE: UFPE, 1975.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Instituto de Biociências. *Relatório do ano de 1968*. Recife: UFPE, 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). Faculdade de Filosofia de Pernambuco. *Relatório*. Recife: Fafipe, 1967.

UFPE transfere C. de Educação para o Campus. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 6, 30 dez. 1975.

UNIVERSIDADE DO RECIFE (UR). Faculdade de Filosofia de Pernambuco. *Relatório*. Recife: Fafipe, 1964.

UNIVERSIDADE DO RECIFE (UR). Faculdade de Filosofia de Pernambuco. *Relatório*. Recife: Fafipe, 1963.

UNIVERSIDADE DO RECIFE (UR). Faculdade de Filosofia de Pernambuco. *Relatório*. Recife: Fafipe, 1962.

UNIVERSIDADE DO RECIFE (UR). Faculdade de Filosofia do Recife. *Anuário 1941-1956*. Recife: Fafipe, 1956.

UNIVERSIDADE DO RECIFE (UR). Faculdade de Filosofia de Pernambuco. *Relatório*. Recife: Fafipe, 1955.

UNIVERSIDADE DO RECIFE (UR). Faculdade de Filosofia de Pernambuco. *Relatório*. Recife: Fafipe, 1954.

UNIVERSIDADE DO RECIFE (UR). Faculdade de Filosofia de Pernambuco.
Relatório. Recife: Fafipe, 1951.

VESTIBULAR Medicina. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 10, 28 mar. 1965.

VESTIBULARES - Engenharia e similares. *Diário de Pernambuco*, Recife, p.
3, 12 fev. 1967.